

Página 1

V-F 1 - Verdadeiro: O conceito de desenvolvimento econômico é mais amplo que o de crescimento, englobando a natureza e a qualidade da expansão produtiva, e não apenas sua magnitude.

Falso - Crescimento econômico e desenvolvimento econômico são sinônimos, referindo-se ambos exclusivamente à ampliação quantitativa do PIB de um país.

V-F 2 - Verdadeiro: O Brasil, apesar de possuir um PIB total elevado (maior que o de países como a Suíça), não é considerado desenvolvido devido às condições de vida insuficientes de parte significativa de sua população.

Falso - O Brasil é classificado como país desenvolvido porque seu PIB total supera o de nações de Primeiro Mundo, como a Suíça, garantindo alta qualidade de vida a todos.

V-F 3 - Verdadeiro: Um país é considerado subdesenvolvido quando uma proporção significativa de sua população residente possui condições de vida insuficientes ou consumo sofrível.

Falso - Um país é subdesenvolvido quando sua economia é baseada na agricultura, independentemente da qualidade de vida de sua população.

Flash-card 1 Pergunta - Qual a principal diferença conceitual entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico?

Resposta - Crescimento é a ampliação quantitativa da produção (PIB); desenvolvimento envolve a qualidade de vida e a natureza desse crescimento.

Flash-card 2 Pergunta - Por que o Brasil, apesar de ter um PIB total elevado, não é considerado um país desenvolvido?

Resposta - Porque grande parte da população possui condições de vida insuficientes, diferenciando o volume de produção da qualidade de vida social.

Flash-card 3 Pergunta - O que o conceito de desenvolvimento econômico busca medir fundamentalmente?

Resposta - As condições de vida ou a qualidade de vida dos residentes de um país.

Capítulo 3 Desenvolvimento e Distribuição de Renda

No Capítulo 2, examinou-se o conceito de produto, que é o principal indicador para se medir o crescimento econômico de um país. A partir dele, vê-se que, à exceção das últimas duas décadas, o Brasil cresceu a taxas elevadas e, em termos internacionais, pode ser considerado um dos maiores países do mundo, já que possui uma das maiores produções do planeta. Por que não se considera, então, o Brasil um país desenvolvido? Afinal, o Brasil possui uma produção maior que a de países considerados do Primeiro Mundo, como o Canadá e a Suíça. Essas questões serão tratadas neste capítulo.

3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O problema está no conceito de desenvolvimento. Muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro, crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de produtos e serviços que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que, inclusive, engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), mas também a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, há referência ao fato de que a proporção significativa da população residente naquele país tem condições de vida insuficientes ou consumo sofrível.

A ideia de **desenvolvimento econômico** está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país.

Certamente, o que se entende por boa ou má qualidade de vida é algo bastante relativo e varia entre as diferentes culturas e ao longo do tempo. Isso quer dizer que há grandes dificuldades para se medir o desenvolvimento de um país, dado que o conceito de desenvolvimento não é algo claramente definido. Algumas aproximações, porém, podem ser feitas.

Página 2

V-F 1 - Verdadeiro: O Produto per Capita, calculado dividindo-se o PIB pela população, é uma primeira aproximação para quantificar o grau de desenvolvimento de um país.

Falso - O Produto per Capita é calculado multiplicando-se o PIB pela taxa de inflação, servindo para medir o custo de vida.

V-F 2 - Verdadeiro: A Suíça é considerada mais desenvolvida que o Brasil porque, apesar de ter um PIB total menor, possui um PIB per capita e acesso médio a bens muito superiores.

Falso - O Brasil é mais desenvolvido que a Suíça porque, embora tenha menor renda per capita, possui um território maior e maior população.

V-F 3 - Verdadeiro: O PIB per capita é uma média que pode esconder disparidades, pois a renda real dispersa-se em torno desse valor, muitas vezes concentrando-se em poucos indivíduos.

Falso - O PIB per capita representa o valor exato que cada cidadão recebe mensalmente, garantindo que não haja desigualdade de renda no país.

Flash-card 1 Pergunta - O que é o Produto Per Capita e como ele é calculado?

Resposta - É uma média da produção por habitante, calculada dividindo-se o PIB total pela população do país.

Flash-card 2 Pergunta - Qual é a principal limitação do PIB per capita como indicador de bem-estar?

Resposta - Por ser uma média, ele esconde a desigualdade na distribuição de renda entre as pessoas.

Flash-card 3 Pergunta - Por que a Suíça é considerada mais desenvolvida que o Brasil, mesmo tendo um PIB total menor?

Resposta - Porque seu PIB per capita é muito superior, indicando que, em média, os suíços têm acesso a muito mais bens e serviços que os brasileiros.

3.2 PRODUTO PER CAPITA

Como foi dito, em geral, aceita-se que o crescimento econômico esteja englobado no conceito de desenvolvimento econômico. Se o conceito de crescimento procura refletir a produção de bens que visam atender às vontades humanas, logicamente, quanto maior a quantidade de bens produzidos, maior a possibilidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades; portanto, melhores devem ser as condições de existência dessas pessoas. Assim, quanto maior o país em termos econômicos (PIB do país), maiores são as chances de a população desse país viver bem.

Entretanto, a produção de um país como a Suíça, que tem menos de sete milhões de habitantes, não precisa ser tão grande quanto a produção do Brasil, que tem mais de 200 milhões de habitantes. A produção suíça pode ser muito inferior à brasileira e mesmo assim sua população poderá ter, individualmente, acesso a uma quantidade de bens superior à brasileira, e será, portanto, considerada mais desenvolvida. Nesse sentido, uma primeira aproximação para se quantificar o grau de desenvolvimento de um país é a utilização do conceito de produto per capita, que nada mais é do que a produção do país dividida pelo número de habitantes desse país.

PIB per capita = PIB dividido pela população

Assim, quanto maior o PIB per capita^[1] de um país, mais desenvolvido pode ser considerado o país. No exemplo citado, a Suíça teve uma produção, em 2022, de aproximadamente US\$ 750 bilhões, inferior, portanto, à do Brasil, que foi de mais de US\$ 1,895 trilhão; como, porém, a população suíça é nitidamente inferior à brasileira, cada um dos suíços teve, em média, acesso a aproximadamente US\$ 84,5 mil de renda naquele ano (PIB = 750 bilhões, divididos pela população total de 8,7 milhões de habitantes), enquanto no Brasil esse número ficou próximo aos US\$ 9 mil. Daqui se pode começar a entender por que a Suíça é considerada um país mais desenvolvido que o Brasil, pois seu PIB per capita é maior que o brasileiro, o que significa que a renda média da população suíça é maior que a brasileira, ou, ainda, que o acesso médio de cada um dos suíços a bens é superior ao dos brasileiros.

No Brasil, historicamente, nota-se evolução positiva da produção per capita. Até a década de 1980, a não ser em alguns anos em meados da década de 1960, o PIB per capita brasileiro cresceu a taxas bastante razoáveis (ver Figura 3.1). Da década de 1980 até os dias atuais, observa-se uma oscilação maior, fruto dos problemas enfrentados nesse período. Esse crescimento do PIB per capita é um dos indicadores que levaram o Brasil a ser classificado como país em desenvolvimento e situar-se no chamado bloco intermediário, ou seja, não é um país com elevada produção per capita, porém há vários países com renda média inferior à brasileira.^[2]

Deve-se notar, porém, que o conceito de PIB per capita é na verdade uma média, representando a renda média da população de um país. Isso não quer dizer que todas as pessoas daquele país tenham a mesma renda, ou o mesmo acesso aos produtos e serviços. A renda per capita da população dispersase em torno dessa média. Há pessoas que têm renda maior, outras menor; em geral, muitas pessoas com renda menor e poucas pessoas com renda maior.

Página 3

V-F 1 - Verdadeiro: Um país com PIB per capita razoável pode ser considerado menos desenvolvido se sua distribuição de renda for muito concentrada, gerando más condições de vida para a maioria.

Falso - A distribuição de renda é irrelevante para o conceito de desenvolvimento, desde que o PIB per capita do país seja elevado.

V-F 2 - Verdadeiro: A partir da década de 1980, o crescimento do PIB per capita brasileiro tornou-se mais oscilante, refletindo crises como a da dívida e a alta inflação.

Falso - Desde a década de 1980, o PIB per capita brasileiro tem crescido de forma linear e ininterrupta, sem apresentar oscilações ou quedas.

V-F 3 - Verdadeiro: Indicadores sociais, como esperança de vida e alfabetização, são essenciais para complementar a análise do desenvolvimento, focando diretamente na qualidade de vida.

Falso - A análise do desenvolvimento deve restringir-se a indicadores monetários, pois dados sobre saúde e educação não possuem relevância econômica.

Flash-card 1 Pergunta - O que significa dizer que um país tem um PIB per capita alto mas é "mal desenvolvido"?

Resposta - Significa que a renda é muito concentrada, de modo que a maioria da população tem condições de vida inferiores à média sugerida pelo PIB.

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi a característica do crescimento do PIB per capita brasileiro na "década perdida" (anos 1980)?

Resposta - Foi marcado por forte instabilidade e variações negativas consecutivas, fruto da crise da dívida e alta inflação.

Flash-card 3 Pergunta - O que são Indicadores Sociais e qual sua função na análise econômica?

Resposta - São métricas (como saúde e educação) que informam diretamente sobre a qualidade de vida, complementando a análise puramente monetária.

Quando se fala em desenvolvimento, esses aspectos são importantes. Mesmo com um PIB per capita razoável, quanto pior a distribuição da renda de um país, ou seja, quanto mais essa renda concentrar-se nas mãos de poucos habitantes, menos desenvolvido deve ser considerado o país. Apesar de, em média, a população desse país ter boas condições de vida, a maioria de sua população tem condições inferiores de renda e de acesso a bens, isto é, tem piores condições de vida, pois a renda está desigualmente distribuída nesse país. Assim, deve-se ter cuidado quando se analisa o desenvolvimento de um país por meio do conceito de produto per capita, pois é necessário investigar a distribuição em torno dessa média, ou seja, o quanto dessa renda

está concentrado nas mãos de uma parte pequena da população.

Figura 3.1 Brasil: evolução do PIB per capita e sua taxa de crescimento - 1947-2020.

Explicação do gráfico: evolução do PIB per capita e da taxa de crescimento do Brasil (1947–2020)

O gráfico mostra a trajetória do **PIB per capita brasileiro**, medido em dólares constantes de 2020, desde 1947 até 2020, juntamente com sua **taxa real de crescimento anual**. Ele combina duas informações:

1. A **linha contínua**, que representa o índice do PIB per capita (com base 1947 = 100).

2. As **barras verticais**, que indicam a taxa real de crescimento do PIB per capita em cada ano.

Evolução geral do PIB per capita

A linha de tendência revela que, apesar das oscilações econômicas, o Brasil apresentou **crescimento de longo prazo do PIB per capita** ao longo das décadas:

1947–1980: O movimento predominante é de expansão, com aumentos expressivos, especialmente entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1970. Essa fase inclui o período do Milagre Econômico*, quando o crescimento foi muito acima da média histórica.

Década de 1980: Observa-se forte instabilidade e baixo crescimento, com variações negativas em anos consecutivos — reflexo da crise da dívida*, alta inflação e recessões.

* **1990–2000:** Há retomada do crescimento, mas ainda marcada por volatilidade, especialmente até a estabilização econômica promovida pelo Plano Real.

* **2000–2010:** O crescimento volta a ser mais consistente, com aumento importante do PIB per capita.

* **2014–2020:** O gráfico indica novo período prolongado de queda e recuperação lenta, refletindo a recessão de 2014–2016 e, posteriormente, o impacto da pandemia em 2020.

Taxa de crescimento

As barras verticais mostram que:

* O crescimento do PIB per capita brasileiro é **muito volátil**, alternando frequentemente entre taxas positivas e negativas.

* Picos elevados de crescimento aparecem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

* Vários períodos exibem crescimento negativo, como nos anos 1981–1983, durante parte dos anos 1990, na recessão de 2015–2016 e novamente em 2020.

Fonte: Ipeadata.

Se o desenvolvimento econômico de um país é definido pela qualidade de vida de seus habitantes, não se pode examinar apenas o crescimento da produção de bens desse país. Além disso, o conceito de PIB per capita, apesar de já ser um avanço, também precisa ser complementado com outros elementos. Por um lado, deve-se analisar os chamados aspectos distributivos da renda nesse país; por outro, há que se levar em conta os chamados indicadores sociais desse país.

3.3 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais fornecem informações que dizem respeito diretamente à qualidade de vida da população de um país, como a esperança de vida da população ao nascer, médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso à água potável etc. Há outros indicadores sociais, especialmente os relacionados com a educação, como a taxa de alfabetização ou a quantidade média de anos na escola, que permitem examinar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho da população do país.

Página 4

V-F 1 - Verdadeiro: Apesar da evolução positiva de indicadores como mortalidade infantil e analfabetismo no Brasil, persistem grandes disparidades regionais entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste.

Falso - Os indicadores sociais brasileiros mostram que as desigualdades regionais foram totalmente erradicadas, com o Nordeste apresentando os mesmos índices do Sul.

V-F 2 - Verdadeiro: A taxa de analfabetismo no Brasil apresenta forte correlação com a região, sendo historicamente mais elevada no Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste.

Falso - A taxa de analfabetismo distribui-se de maneira uniforme por todo o território nacional, não havendo diferença significativa entre as regiões.

V-F 3 - Verdadeiro: Houve uma evolução positiva na saúde da população brasileira nas últimas décadas, evidenciada pelo aumento da esperança de vida e queda da mortalidade infantil.

Falso - Nas últimas décadas, a saúde pública brasileira colapsou, resultando em queda na esperança de vida e aumento da mortalidade infantil.

Flash-card 1 Pergunta - O que os dados regionais de analfabetismo no Brasil (Tabela 3.1) evidenciam sobre o desenvolvimento?

Resposta - Evidenciam grandes disparidades regionais, com o Nordeste apresentando taxas significativamente maiores que o Sul e Sudeste.

Três aspectos podem ser destacados com relação a esses índices no Brasil.

Primeiro, houve evolução positiva de muitos desses indicadores nos últimos anos. Como foi visto nos capítulos anteriores, tanto a esperança de vida da população brasileira ao nascer cresceu como a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente, indicando melhores condições de saúde da população brasileira. Na Tabela 3.1, observa-se a diminuição do analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos.

Tabela 3.1 Brasil e regiões: taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade — anos selecionados

Região	1981	1990	2001	2005	2011	2016	2019	2022
Brasil	22,89	18,67	12,36	11,13	8,58	6,7	6,1	5,6
Centro-oeste	22,39	16,94	10,22	8,92	6,34	5,2	4,4	4
Nordeste	41,57	36,43	24,17	21,87	16,85	13,9	12,9	11,7
Norte	15,51	12,49	11,17	11,86	10,18	7,9	7	6,4
Sudeste	15,1	11,32	7,5	6,57	4,81	3,5	3	2,9
Sul	15,67	11,68	7,07	5,92	4,94	3,3	3	3

Fonte: IBGE.

Um segundo aspecto relativo aos indicadores sociais que chama a atenção está relacionado às disparidades que há entre esses índices quando se divide a população por região ou classe de renda. As Tabelas 3.1 e 3.2 mostram as diferenças regionais, a primeira em termos de taxas de analfabetismo e a segunda quanto às condições de saneamento básico no país.

Tabela 3.2 Brasil e regiões: indicadores de condições domiciliares de saneamento - 2020

Regiões	% da população regional atendida com abastecimento de água	% da população regional atendida com coleta de esgoto
Sul	84,1	55,0
Centro-oeste	90,9	59,5
Nordeste	74,9	30,3
Norte	58,9	13,1
Sudeste	91,3	80,5
Sul	91,0	47,4

Fonte: IBGE.

Página 5

V-F 1 - Verdadeiro: Existe uma forte desigualdade no acesso a saneamento básico no Brasil dependendo da renda: famílias mais pobres têm muito menos acesso a esgoto e água tratada.

Falso - O acesso ao saneamento básico no Brasil é universal e democrático, não havendo diferença de atendimento entre famílias ricas e pobres.

V-F 2 - Verdadeiro: A taxa de analfabetismo é significativamente maior nas faixas de renda mais baixa (até 1/4 do salário-mínimo) do que nas faixas de renda superior.

Falso - A educação no Brasil independe da renda, sendo a taxa de analfabetismo idêntica entre os que ganham 1 salário-mínimo e os que ganham mais de 5.

V-F 3 - Verdadeiro: Apenas uma minoria das famílias com renda per capita extremamente baixa (até 1/4 de salário mínimo) reside em domicílios considerados adequados.

Falso - A maioria das famílias de baixíssima renda no Brasil vive em domicílios considerados inadequados, com acesso pleno a serviços públicos.

Flash-card 1 Pergunta - Como a renda familiar influencia o acesso ao saneamento básico no Brasil (Tabela 3.3)?

Resposta - Existe forte correlação: famílias de baixa renda têm muito menos acesso a esgoto e água tratada do que famílias de alta renda.

Flash-card 2 Pergunta - Qual é a relação observada entre a faixa de renda e a taxa de analfabetismo no Brasil?

Resposta - A taxa de analfabetismo é drasticamente maior nas faixas de renda mais baixa (até 1/4 do salário-mínimo) e quase nula nas faixas mais altas.

Do mesmo modo, ao dividir-se a população por nível de renda, também podem ser percebidas fortes desigualdades (Tabela 3.3 e Figura 3.2). Em 2013, entre as famílias com renda per capita de até 1/4 de salário-mínimo apenas 36,8% residiam em domicílios adequados. Essa porcentagem sobe para 79% quando se consideram famílias com mais de cinco salários-mínimos. Com relação à educação, muito embora tenha havido progresso significativo nas últimas décadas, essas desigualdades também se verificam, já que em famílias que têm rendimento mensal per capita de até 1/4 de salário-mínimo, a taxa de analfabetismo é da ordem de 1,4%; essa porcentagem não chega a 0,2% nas famílias que têm rendimento mensal per capita superior a dois salários-mínimos.

Figura 3.2 Percentual de pessoas que não sabem ler nem escrever, por faixa de renda - 2013.

A Figura exibe a **proporção da população brasileira segundo faixas de rendimento domiciliar per capita**, medido em salários mínimos. Os valores estão expressos em porcentagem e variam aproximadamente entre **0,1%** e **1,4%**.

A interpretação das barras mostra a seguinte distribuição:

* **Até 1/4 de salário-mínimo:** é a faixa com **maior proporção**, em torno de **1,4%**.

* **Entre 1/4 e 1/2 salário-mínimo:** aparece logo depois, com cerca de **1,3%** da população.

* **Entre 1/2 e 1 salário-mínimo:** registra aproximadamente **0,8%**.

* **Entre 1 e 2 salários-mínimos:** apresenta um valor bem mais baixo, próximo de **0,3%**.

* Mais de 2 salários-mínimos: é a menor faixa, com cerca de 0,1% da população.

Síntese interpretativa

O gráfico evidencia que as maiores parcelas da população concentram-se nas faixas de **baixa renda**, especialmente até **1/2 salário-mínimo**. À medida que o rendimento aumenta, a proporção de pessoas nessas categorias diminui substancialmente, revelando forte desigualdade na distribuição de renda.

Fonte: IBGE.

Página 6

Flash-card 1 Pergunta - Como se compara a taxa de mortalidade infantil do Brasil com a de países desenvolvidos (Tabela 3.4)?

Resposta - A taxa brasileira (aprox. 12,2) é intermediária, mas ainda muito superior à de países desenvolvidos como Japão (1,7) ou Coreia do Sul (2,3).

Tabela 3.3 Total de domicílios sem saneamento adequado de acordo com a renda (%) - 2019

|| Até ¼ salário-mínimo | Mais de ¼ até ½ salário-mínimo | Mais de ½ até 1 salário-mínimo | Mais de 1 até 2 salários-mínimos | Mais de 2 até 3 salários-mínimos | Mais de 3 até 5 salários-mínimos | Mais de 5 salários-mínimos |

----- ----- ----- ----- ----- ----- ----- -----
Sem acesso à coleta de esgotos por rede geral 25,62% 23,13% 27,84% 16,23% 3,95% 2,13% 1,07%
Sem acesso ao abastecimento 28,15% 22,45% 27,24% 15,49% 3,60% 1,93% 1,11%

Um último aspecto a ser enfatizado com relação a esses indicadores sociais é a comparação deles com os de outros países. Na Tabela 3.4, percebe-se que o Brasil ocupa posição intermediária em nível mundial, ainda distante dos chamados países desenvolvidos, o que indica que muito precisa ser feito com relação às condições de vida da população brasileira.

Tabela 3.4 Indicadores sociais: países e anos selecionados

|| País | Expectativa de vida ao nascer (2022) | Taxa de mortalidade infantil* (2022) | Taxa de mortalidade materna** (2020) | % da população que usa serviços de saneamento básico seguros (2020) | Média de anos de escolaridade (2015) | % da população de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo (2020) |

----- ----- ----- ----- ----- ----- ----- -----
Argentina 76,1 8,8 45 51 9,8 90
Brasil 73,5 12,2 62 49 7,2 80
Canadá 82,8 3,9 11 84 12,3 99
Coreia do Sul 84,1 2,3 8 100 11,8 96
Cuba 78,2 3,2 39 97 10,2 99
Egito 70,2 16 17 67 6,4 64
Etiópia 65,6 31,9 267 7 2,4 25
EUA 78,2 5 21 98 12,9 99
Índia 67,7 26,3 103 46 4,4 62
Japão 84,8 1,7 4 81 11,5 99
México 74,8 10,9 59 57 8,5 84
Suíça 84,3 3,1 5 100 12,2 99

* Taxa de mortalidade por 1.000 nascidos vivos.

** Taxa de mortalidade por 100.000 nascidos vivos.

Fonte: UNDP.

Página 7

V-F 1 - Verdadeiro: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma média geométrica de três componentes: renda (PIB per capita PPP), longevidade (esperança de vida) e educação.

Falso - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado exclusivamente com base na renda per capita, ignorando saúde e educação.

V-F 2 - Verdadeiro: O IDH varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é considerado o país.

Falso - O IDH varia de zero a cem, sendo que quanto mais próximo de zero, melhor é o desenvolvimento do país.

V-F 3 - Verdadeiro: O indicador de renda do IDH utiliza dólares ajustados pela Paridade de Poder de Compra (PPP) para refletir o custo de vida real.

Falso - O indicador de renda do IDH utiliza a moeda local de cada país sem conversão, para respeitar a soberania nacional.

Flash-card 1 Pergunta - O que é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?

Resposta - É um índice criado pela ONU que agrupa renda per capita, expectativa de vida (saúde) e indicadores de escolaridade (educação).

Flash-card 2 Pergunta - Quais são os três pilares que compõem o cálculo do IDH?

Resposta - Renda (PIB per capita PPP), Longevidade (esperança de vida) e Educação (anos de estudo e expectativa de vida escolar).

Flash-card 3 Pergunta - Como é interpretada a escala do IDH?

Resposta - Varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país.

Boxe 3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Unindo-se o conceito de produto per capita com os indicadores sociais, têm-se melhores condições de avaliar o bem-estar de uma população ou o grau de desenvolvimento social de um país. A Organização das Nações Unidas (ONU), buscando chegar o mais próximo possível de uma medida que retratasse o desenvolvimento social dos países, estipulou um índice que justamente agrupa alguns indicadores sociais com o produto per capita. Esse índice é o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, construído para mais de 187 países e que vem sendo elaborado desde o início da década de 1990.

O IDH é um índice que vai de zero a um, sendo que, quanto mais próximo da unidade, mais desenvolvido é considerado o país. Ele é uma média geométrica de três indicadores:

1. um indicador de renda: a renda nacional bruta per capita em dólares PPP (dólares ajustados pelo poder de compra dos países);
2. um indicador que procure captar a saúde da população. Na verdade, é um indicador de longevidade: a expectativa de vida da população ao nascer; e
3. um indicador que retrate as condições de educação da população. Esse indicador é uma média ponderada de dois outros indicadores: média dos anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais), e anos de escolaridade esperada (expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar).

A partir desse índice, foi construído um ranking e, assim, em 2021, 191 países foram divididos em quatro grupos. Com um valor acima de 0,800, foram classificados 66 países com um índice considerado “muito alto”; entre 0,700 e 0,799, 53 países com um índice “alto”; entre 0,550 e 0,699, 37 países com um IDH “médio” e abaixo de 0,550, 33 países com um índice de “baixo” desenvolvimento humano. Na Tabela 3.5, selecionamos alguns países, com sua posição no ranking de 2021. A primeira posição é ocupada pela Suíça (0,962), e a última pelo Sudão do Sul (0,385).

Tabela 3.5 IDH: países selecionados — 2021

País	IDH	Posição
Suíça	0,962	1
Noruega	0,961	2
Islândia	0,959	3
Irlanda	0,945	8
Holanda	0,941	10
Nova Zelândia	0,937	13
Canadá	0,936	14
Reino Unido	0,929	18
Coreia do Sul	0,925	19
Japão	0,925	19
Estados Unidos	0,921	20
Emirados Árabes Unidos	0,911	26
Portugal	0,866	38
Chile	0,855	42
Argentina	0,842	47
Uruguai	0,809	57
Albânia	0,796	67
Cuba	0,764	83
Armênia	0,759	85
Brasil	0,754	87
Azerbaijão	0,745	91
Índia	0,633	132
Guatemala	0,627	135
Costa do Marfim	0,550	159
Etiópia	0,498	175
Moçambique	0,446	185
Sudão do Sul	0,385	191

Fonte: Relatório PNUD Desenvolvimento Humano, 2022.

O IDH do Brasil em 2021, igual a 0,754, é o 87º entre 191 países, o que coloca o país entre os de desenvolvimento humano alto, sendo um pouco maior que a média mundial (0,732), e situa-se exatamente na média dos países da América Latina e Caribe (0,754), bem abaixo da média dos países da OCDE (0,899). Em termos evolutivos, o Brasil apresentou crescimento significativo nas últimas décadas, com queda no IDH apenas de 2020 em diante.

Figura 3.3 Brasil: evolução IDH - 1980-2021.

Ano	IDH
1980	0,550

1980 0,545
1990 0,612
2000 0,682
2005 0,705
2010 0,739
2015 0,753
2016 0,755
2017 0,759
2018 0,764
2019 0,766
2020 0,758
2021 0,754

Página 9

Flash-card 1 Pergunta - O que é o IDHM e o que ele revela sobre o Brasil?

Resposta - É o IDH aplicado aos municípios/estados; revela imensa desigualdade regional, com SP e DF próximos de países desenvolvidos e Norte/Nordeste com índices menores.

Esse mesmo indicador tem sido usado para comparar as diferenças entre estados e regiões no Brasil, denominado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com a média dos municípios de cada estado. Chamam a atenção as desigualdades existentes no Brasil: em 2021, enquanto apenas dois estados brasileiros, São Paulo e Distrito Federal, chegam próximo aos índices de países de muito alto padrão de desenvolvimento, outros oito estados apresentam IDHM equivalente a países de médio desenvolvimento.

Tabela 3.6 Brasil: IDHM — estados brasileiros — anos selecionados

Tabela 3.6 – Brasil: IDHM – estados brasileiros – anos selecionados

Região / Estado 1991 2000 2010 2021
----- ----- ----- ----- -----
 Região Nordeste
Alagoas 0,370 0,471 0,631 0,684
Maranhão 0,357 0,476 0,639 0,676
Piauí 0,362 0,484 0,646 0,690
Paraíba 0,382 0,506 0,658 0,698
Pernambuco 0,440 0,544 0,673 0,719
Ceará 0,405 0,541 0,682 0,734
Rio Grande do Norte 0,428 0,552 0,684 0,728
Sergipe 0,408 0,518 0,665 0,702
Bahia 0,386 0,512 0,660 0,691
 Região Norte
Roraima 0,459 0,598 0,707 0,699
Acre 0,402 0,517 0,663 0,710
Pará 0,413 0,518 0,646 0,690
Tocantins 0,369 0,525 0,699 0,731
Rondônia 0,407 0,537 0,690 0,700
Amazonas 0,430 0,515 0,674 0,700
Amapá 0,472 0,577 0,708 0,688
 Região Centro-Oeste
Goiás 0,487 0,615 0,735 0,737
Mato Grosso 0,449 0,601 0,725 0,736
Mato Grosso do Sul 0,488 0,613 0,729 0,742
Distrito Federal 0,616 0,725 0,824 0,814
 Região Sul
Santa Catarina 0,543 0,674 0,774 0,792
Paraná 0,507 0,650 0,749 0,769
Rio Grande do Sul 0,542 0,676 0,746 0,771
 Região Sudeste
Minas Gerais 0,478 0,624 0,731 0,774
Rio de Janeiro 0,573 0,664 0,761 0,762
São Paulo 0,578 0,702 0,783 0,806
Espírito Santo 0,505 0,640 0,740 0,771

Fonte: Atlas Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Página 10

3.4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Como foi dito anteriormente, deve-se também levar em consideração a distribuição de renda na análise do desenvolvimento de um país; ou seja, a maneira como os frutos do crescimento são partilhados pela população.

A distribuição de renda pode ser vista de vários ângulos. Por um lado, tem-se a chamada **distribuição setorial da renda**, ou seja, a **participação de cada setor da economia no produto**. A **distribuição regional da renda** procura mostrar qual a participação de cada uma das regiões brasileiras na renda global do país. No gráfico da Figura 3.4, vemos a importância do setor de serviços na renda brasileira e também a concentração da renda na Região Sudeste. Essa concentração evidencia-se ainda mais ao compararmos esses dados com a divisão territorial ou com a repartição da população por região.

Figura 3.4 Brasil: distribuição setorial e regional do PIB 2020.

Distribuição do PIB por setor

```markdown
Setor   Participação (%)
----- -----
Agricultura   7
Indústria   23
Serviços   71
```

Distribuição regional do PIB

```markdown
Região   Participação (%)
----- -----
Norte   6,3
Nordeste   14,2
Centro-Oeste   10,4
Sudeste   51,9
Sul   17,2
```

Página 11

V-F 1 - Verdadeiro: A distribuição funcional da renda divide a renda nacional entre os fatores de produção, principalmente entre remuneração do trabalho (salários) e do capital (excedente).

Falso - A distribuição funcional da renda divide a renda nacional entre as diferentes regiões geográficas do país, como Norte e Sul.

V-F 2 - Verdadeiro: O excedente operacional bruto representa a remuneração do capital e das terras (lucros, aluguéis) no processo produtivo.

Falso - O excedente operacional bruto corresponde ao total de impostos arrecadados pelo governo sobre a produção.

V-F 3 - Verdadeiro: Entre 2005 e 2015, houve um aumento na participação da "remuneração dos empregados" na distribuição funcional da renda no Brasil.

Falso - Entre 2005 e 2015, a participação dos salários na renda nacional caiu drasticamente, atingindo mínimos históricos.

Flash-card 1 Pergunta - O que é a Distribuição Funcional da Renda?

Resposta - É a divisão da renda nacional entre os fatores de produção, principalmente entre remuneração do trabalho (salários) e do capital (lucros/excedente).

Flash-card 2 Pergunta - O que aconteceu com a participação da "remuneração dos empregados" na renda brasileira entre 2005 e 2015?

Resposta - Houve um crescimento dessa participação, indicando um aumento da parcela da renda destinada aos trabalhadores nesse período.

Fonte: dados básicos do IBGE.

Ainda usando os dados das contas nacionais, pode-se estabelecer uma distribuição funcional da renda. Esta procura repartir o total da renda pela remuneração dos fatores de produção envolvidos na formação do produto. No Sistema de Contas Nacionais brasileiro, temos a divisão em quatro partes principais:

i. **a remuneração dos empregados:** que são as despesas efetuadas pelos empregadores com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado, correspondendo aos salários pagos no ano junto com as contribuições sociais;

ii. **a remuneração mista bruta:** que é a remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho. É a renda recebida por autônomos;

iii. **os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos**: que são os impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios;

iv. **o excedente operacional bruto**: que é o saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção, ou seja, são os lucros e outras remuneração do capital e das terras aplicados ao processo produtivo.

A evolução dessa divisão no período recente é apresentada no gráfico da Figura 3.5. Vemos que o total de salários e contribuições sociais pagos em 2020 correspondiam a aproximadamente 42% das rendas pagas naquele ano. Esse número cresceu entre os anos 2005 e 2015, passando a decair a partir de então. Caminho inverso apresentou o excedente operacional bruto.

Figura 3.5 Brasil: distribuição funcional da renda — 2000-2020 (% do total).

| Ano | Remuneração dos empregados | Rendimento misto bruto | Excedente operacional bruto | Impostos (subsídios) sobre a produção e importação |

Ano	Remuneração dos empregados	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto	Impostos (subsídios) sobre a produção e importação
2000	~38%	~32%	~16%	~14%
2001	~38%	~32%	~17%	~13%
2002	~39%	~32%	~16%	~13%
2003	~39%	~31%	~17%	~13%
2004	~40%	~31%	~17%	~12%
2005	~40%	~31%	~17%	~12%
2006	~41%	~31%	~16%	~12%
2007	~42%	~32%	~16%	~11%
2008	~43%	~32%	~16%	~11%
2009	~45%	~31%	~16%	~11%
2010	~44%	~32%	~16%	~11%
2011	~44%	~32%	~15%	~11%
2012	~44%	~31%	~15%	~11%
2013	~45%	~31%	~15%	~11%
2014	~45%	~31%	~14%	~10%
2015	~45%	~30%	~14%	~11%
2016	~44%	~30%	~14%	~11%
2017	~44%	~31%	~14%	~11%
2018	~43%	~32%	~14%	~11%
2019	~43%	~33%	~14%	~10%
2020	~42%	~35%	~13%	~10%

Fonte: dados básicos do IBGE SCN.

Página 12

Flash-card 1 Pergunta - O que mostra a distribuição pessoal da renda no Brasil (Tabela 3.7) sobre os 1% mais ricos em 2021?

Resposta - Mostra uma altíssima concentração, com apenas 1% da população apropriando-se de 12,4% de toda a renda gerada.

A **divisão pessoal da renda** que aparece na Tabela 3.7 reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes ocupados do país. A população foi dividida em cinco grupos de acordo com a renda, variando do grupo mais pobre ao mais rico. Deve-se tomar algum cuidado com a tabela pois as fontes dos dados variam, não são mais originários dos dados das contas nacionais como os gráficos e tabelas anteriores. São, agora, todas as pesquisas domiciliares como é o caso do Censo Populacional e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), esta última também sofreu mudanças metodológicas que faz com que as comparações não possam ser feitas diretamente.

De acordo com os dados da Tabela 3.7, houve uma mudança da distribuição de renda ao longo das últimas décadas, tornando-a menos heterogênea: se em 1990 os 20% mais pobres tinham apenas 2,30% da renda, 30 anos depois esse valor é quase o dobro. Por sua vez, se os 20% mais ricos se apropriavam de 66,10% da renda em 1990, em 2015 essa participação se reduziu para 55%, voltando a crescer um pouco depois. Contudo, mesmo que essa queda da desigualdade da distribuição de renda tenha sido observada, ainda é uma distribuição bastante heterogênea. Isso fica claro quando se nota que os 10% mais ricos se apropriam de quase 42% da renda e os 1% mais ricos se apropriam de elevados 12,4% da renda, em 2021.

Tabela 3.7 Brasil: distribuição dos rendimentos da população economicamente ativa - 1960-2021, anos selecionados

| Faixa de renda | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 1996 | 2005 | 2012 | 2015 | 2018 | 2021 |

Primeiro grupo: 20% mais pobres	3,9	3,4	3,0	2,3	2,5	3,2	4,5	4,7	4,2	4,5
Segundo grupo: (20% a 40%)	7,4	6,6	5,8	4,9	5,0	5,8	7,0	7,2	6,9	7,0
Terceiro grupo: (40% a 60%)	13,6	12,9	10,9	9,1	10,1	10,0	12,0	12,0	12,0	11,9
Quarto grupo: (60% a 80%)	20,3	17,2	16,1	17,6	17,5	17,8	17,6	18,2	18,4	18,2
Quinto grupo: 20% mais ricos	54,8	61,9	66,1	66,1	63,8	60,7	56,7	55,4	56,6	56,3
10% mais ricos	39,6	46,7	51,0	49,7	47,6	45,3	41,4	40,5	41,7	41,9
1% mais rico	13,8	14,8	18,2	14,6	13,6	13,5	12,1	11,6	12,4	12,4

* Censo.

** PNAD.

*** PNAD contínua.

Fonte: dados básicos do IBGE.

Página 13

Flash-card 1 Pergunta - Qual é a principal dificuldade das pesquisas domiciliares (enquetes) ao medir a distribuição de renda?

Resposta - Elas tendem a subestimar a renda dos mais ricos, pois rendimentos de capital e aplicações financeiras frequentemente não são totalmente declarados.

Flash-card 2 Pergunta - Como o Brasil se posiciona no cenário mundial em termos de desigualdade de renda (Índice de Gini)?

Resposta - O Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo, comparável a países como África do Sul e Honduras.

A alta concentração de renda da economia brasileira também pode ser observada quando seus números são comparados com os do resto do mundo (Tabela 3.8). Nessa comparação, o Brasil disputa a liderança da pior distribuição de renda do mundo com países como África do Sul, Honduras, México. Mesmo países de baixo desenvolvimento econômico, como a Etiópia, exibem distribuição pessoal de renda mais homogênea que a brasileira. Nos países desenvolvidos, em média, os 20% mais ricos têm renda oito ou dez vezes superior àquela dos 20% mais pobres, enquanto no Brasil ela é pelo menos 15 vezes maior.

Na Tabela 3.8, temos dados do **Índice de Gini**, um indicador bastante utilizado para a ideia de distribuição de renda, além da participação da população mais rica no total da renda. Um cuidado, porém, que já foi alertado na Tabela 3.7, é a respeito de que renda se usa. Os dados de renda da Tabela 3.7 foram obtidos com base em enquetes domiciliares. Existe um debate sobre até que ponto a apuração da renda é plenamente correta nessas enquetes, até onde, por um lado, existem subestimativas das rendas dos mais pobres por dificuldade de apurá-las e de fazer as próprias enquetes. Do mesmo modo, há dificuldade em apurar as rendas dos mais ricos, que, em geral, são consideradas subestimadas, pois parte da renda, por exemplo, das aplicações financeiras ou dos dividendos, não é totalmente declarada. Muitas vezes, é preferível usar as rendas considerando também as informações obtidas nos órgãos arrecadadores, como, no caso brasileiro, na Receita Federal. Esse é o caso dos dados da Tabela 3.8, oriundos do World Inequality Database (WID), e também da Figura 3.9. Os dados da construção do Índice de Gini são provenientes de pesquisas domiciliares, porém o gráfico apresenta também a relação 10/50, que é a razão da renda possuída pelos 10% mais ricos em contraposição à dos 50% mais pobres.

Tabela 3.8 Países selecionados: participação no total da renda (pré-taxação) e Índice de Gini 2021

Países	1% mais ricos	10% mais ricos	50% mais pobres	Índice de Gini (WB – último dado disponível)
África do Sul	19,3%	65,4%	5,8%	0,63
Alemanha	13,3%	37,8%	18,6%	0,32
Angola	26,0%	58,0%	9,0%	0,51
Argentina	15,1%	47,3%	12,3%	0,42
Brasil	22,2%	58,3%	9,2%	0,53
Canadá	13,9%	39,7%	16,3%	0,33
Coreia do Sul	11,7%	34,4%	21,1%	0,32
Egito	18,1%	47,6%	15,4%	0,32
Estados Unidos	19,0%	45,6%	13,8%	0,40
Etiópia	13,8%	45,5%	15,8%	0,35
Finlândia	11,8%	34,7%	22,1%	0,27
Honduras	19,6%	53,3%	9,3%	0,48
Índia	21,7%	57,1%	13,1%	0,36
Irlanda	12,2%	35,8%	20,1%	0,29
Japão	12,9%	44,2%	16,8%	0,33
México	26,8%	64,3%	6,2%	0,45
Noruega	8,9%	29,6%	24,9%	0,28
Suíça	9,9%	30,4%	23,5%	0,33
Turquia	18,8%	51,7%	14,2%	0,42
Uruguai	13,4%	42,5%	15,5%	0,41

Fonte: WDI e Banco Mundial (WB).

Página 14

V-F 1 - Verdadeiro: A Curva de Lorenz relaciona a porcentagem acumulada da população com a porcentagem acumulada da renda, ilustrando a desigualdade.

Falso - A Curva de Lorenz relaciona a taxa de inflação com a taxa de desemprego, ilustrando a Curva de Phillips.

V-F 2 - Verdadeiro: O Índice de Gini mede a desigualdade: quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda; quanto mais próximo de 0, maior a igualdade.

Falso - O Índice de Gini mede a riqueza total: quanto mais próximo de 1, mais rico é o país; quanto mais próximo de 0, mais pobre.

V-F 3 - Verdadeiro: Na representação gráfica, quanto mais a Curva de Lorenz se afasta da linha diagonal (igualdade perfeita), maior é a desigualdade.

Falso - Na representação gráfica, quanto mais a Curva de Lorenz se aproxima da linha diagonal, maior é a desigualdade de renda.

Flash-card 1 Pergunta - O que representa a Curva de Lorenz?

Resposta - Gráfico que relaciona a porcentagem acumulada da população com a porcentagem acumulada da renda; quanto mais longe da reta diagonal, maior a desigualdade.

Flash-card 2 Pergunta - Como o Índice de Gini é derivado da Curva de Lorenz?

Resposta - É a relação entre a área formada pela Curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade; varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade total).

Boxe 3.2 — Índice de Gini e Curva de Lorenz

O Índice de Gini é um instrumento utilizado para se auferir o grau de concentração de alguma situação. Esse índice é calculado a partir da chamada Curva de Lorenz. Em termos de distribuição pessoal da renda, essa curva é construída relacionando-se as faixas da população acumulada (dos mais pobres aos mais ricos) com a participação acumulada da renda dessas faixas.

Assim, na Figura 3.6 o ponto C indica que os 20% da população mais pobre possuem 4% da renda e o ponto D indica que 80% da população possuem 45% da renda. Quando a renda é perfeitamente distribuída, isto é, quando 20% da população possuem 20% da renda, 80% possuem 80%, a Curva de Lorenz é exatamente a reta que liga os pontos A e B. Assim, quanto mais próxima a Curva de Lorenz dessa reta, mais bem distribuída é a renda do país, e quanto mais essa curva se aproxima da curva AOB, mais mal distribuída é a renda do país.

O Índice de Gini relaciona a área entre a Curva de Lorenz e a reta AB com a área do triângulo AOB; este índice, portanto, varia entre 0 (quando a Curva de Lorenz e a reta AB são as mesmas — nenhuma concentração) e 1 (da Curva de Lorenz é a mesma da curva AOB - concentração total). Quanto maior a área entre a Curva de Lorenz e a reta AB, maior é o Índice de Gini e, portanto, maior é a concentração de renda.

Página 15

Flash-card 1 Pergunta - Quais fatores históricos contribuem para a alta desigualdade no Brasil?

Resposta - A herança de 300 anos de escravidão e a concentração fundiária (latifúndios) desde o período colonial.

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi a diferença na concentração de renda entre as décadas de 1970 e 1980/1990?

Resposta - Em 1970, a desigualdade aumentou com crescimento econômico (todos ganharam, ricos ganharam mais); nos anos 80/90, aumentou com estagnação (pobres perderam).

Figura 3.6 Curva de Lorenz.

A imagem apresenta a **Curva de Lorenz**, instrumento clássico para medir e visualizar a **desigualdade de renda** de uma população. O gráfico compara a distribuição real da renda com uma situação hipotética de perfeita igualdade.

O eixo horizontal representa a **porcentagem acumulada da população**, ordenada dos mais pobres para os mais ricos, indo de **0% a 100%**. O eixo vertical mostra a **porcentagem acumulada da renda total** apropriada por essa população.

Linha diagonal (A-B): Igualdade perfeita

A linha tracejada que liga o ponto **A (0%, 0%)** ao ponto **B (100%, 100%)** representa a **linha de igualdade perfeita**.

* Cada fração da população receberia exatamente a mesma fração da renda.

* Por exemplo, 20% da população teria 20% da renda; 80% teria 80%, e assim por diante.

Curva de Lorenz (linha contínua)

A linha curva contínua mostra **como a renda está distribuída na realidade**.

* Ela sempre fica **abaixo** da linha de igualdade perfeita, indicando desigualdade.

* Quanto mais distante da diagonal, **maior a desigualdade**.

Interpretação dos pontos marcados

* O ponto **C**, situado próximo ao eixo horizontal, indica que, por exemplo, os **20% mais pobres** acumulam apenas **cerca de 4% da renda total**.

* O ponto **D**, localizado próximo a 80% da população acumulada, mostra que **80% das pessoas** concentram somente **aproximadamente 45% da renda**.

O restante (55%) está nas mãos dos 20% mais ricos.

O que isso revela?

A curva evidencia que:

* Uma pequena parcela da população detém grande parte da renda total.

* A maioria da população acumula apenas uma fração reduzida da renda.

* Existe desigualdade significativa na distribuição, uma vez que a curva se afasta bastante da diagonal.

Ligaçao com o Índice de Gini

A Curva de Lorenz permite calcular o **Índice de Gini**, medida que sintetiza o grau de desigualdade.

* Quanto **maior a área** entre a curva e a linha de igualdade perfeita,

* **maior o valor do Gini** e, portanto, maior a desigualdade.

Historicamente, a evolução perversa da distribuição de renda é particularmente importante para os dados de 1970 e 1990; porém, deve-se ressaltar a diferença entre as duas situações; na primeira, a piora na distribuição de renda é acompanhada por um aumento na renda das pessoas (o PIB per capita cresceu, e a renda média de cada uma das faixas também cresceu); o que ocorreu foi que os mais ricos tiveram maiores aumentos de renda que os mais pobres, que também tiveram aumento de renda. Já em 1990, a situação é diferente, pois houve concentração de renda em um momento em que o PIB per capita caía, isto é, a média dos rendimentos das pessoas diminuiu em termos reais. Na verdade, apenas os mais ricos tiveram algum aumento real de renda; no restante da sociedade, houve queda real.

Embora a distribuição de renda tenha se tornado menos heterogênea ao longo dos últimos anos, ainda temos alto índice de desigualdade de renda. Vários fatores explicam esse quadro. Entre eles, há as condicionantes históricas, que não podem ser esquecidas. Durante 300 anos, houve escravismo no país e, quando os escravos foram finalmente libertados, sua situação socioeconômica era precária. Na colônia, as terras foram distribuídas em grandes latifúndios, aos quais poucos tiveram acesso, e isso não foi reformulado depois da Independência ou da Proclamação da República, de modo que, mesmo em anos recentes, a estrutura agrária brasileira tem permanecido fortemente concentrada. Como outro fator, o próprio processo de industrialização por substituição de importação tem um cunho concentrador, à medida que foram adotadas tecnologias que utilizavam mais intensivamente o fator capital em vez da mão de obra, isso em um país onde a intensidade relativa da mão de obra é superior à do capital. Desse modo, a absorção e a remuneração da mão de obra (maioria da população) foram substancialmente inferiores às das detentores do capital.

Página 16

V-F 1 - Verdadeiro: A "Teoria do Bolo", debatida nos anos 1970, defendia que era necessário primeiro crescer economicamente para depois distribuir a renda.

Falso - A "Teoria do Bolo" defendia que a distribuição de renda deveria ocorrer antes do crescimento econômico para impulsionar a demanda.

V-F 2 - Verdadeiro: Na década de 1980, a crise e a hiperinflação agravaram a desigualdade, pois os mais ricos tinham mecanismos financeiros para se proteger, ao contrário dos pobres.

Falso - A década de 1980 foi um período de grande redução da desigualdade, pois a inflação corroeu a riqueza dos mais ricos e protegeu os salários.

V-F 3 - Verdadeiro: Após o Plano Real e com políticas como o Bolsa Família, houve um período (até 2015) em que a renda dos mais pobres cresceu proporcionalmente mais que a dos ricos.

Falso - O Plano Real e o Bolsa Família causaram um aumento explosivo da desigualdade, fazendo com que os pobres ficasse mais pobres em termos relativos.

Flash-card 1 Pergunta - O que postulava a "Teoria do Bolo" durante o Milagre Econômico?

Resposta - A ideia de que era necessário primeiro fazer a economia crescer (aumentar o bolo) para depois distribuir a renda.

Flash-card 2 Pergunta - Qual foi o efeito do Plano Real e do Bolsa Família na distribuição de renda até 2015?

Resposta - Contribuíram para uma redução da desigualdade, com as classes mais baixas tendo ganhos de renda proporcionalmente maiores que as classes altas.

Na década de 1970, após a divulgação dos números que indicavam a deterioração na distribuição da renda em um momento de forte crescimento econômico (em pleno período do milagre econômico), várias explicações surgiram, e um grande debate se estabeleceu. Por um lado, atribuiu-se à política econômica do governo as razões dessa piora na concentração da renda. Isso em função de uma política salarial considerada "arrochante" e do desmantelamento da estrutura sindical e de diversos órgãos da chamada sociedade civil que, até então, procuravam garantir a proteção dos assalariados e das classes menos favorecidas. Por outro lado, há a explicação de que a piora na distribuição de renda se dava em função do próprio crescimento acelerado; este causava distúrbios em vários mercados, notadamente no mercado de trabalho, em que houve crescimento relativo da demanda por trabalhadores qualificados com relação aos trabalhadores sem qualificação. Dada a relativa ausência de mão de obra qualificada, houve crescimento no diferencial de salários, que, em parte, explica a piora na distribuição da renda do período. Essa piora na distribuição da renda de certa maneira também era considerada funcional, pois argumentava-se que a concentração da renda nas camadas mais ricas da sociedade permitia aumento da poupança do país (dado que os ricos pouparam mais que os pobres) e dos investimentos, sustentando, assim, o crescimento econômico que beneficiava a todos, já que o rendimento de todos crescia. Essa seria a essência da chamada **Teoria do Bolo** (crescer, para depois distribuir).

Essa segunda linha de interpretação também argumentava que a piora na distribuição que se verificou em 1970 deveria ser passageira, pois os distúrbios tenderiam a desaparecer com a continuidade do crescimento. Pelos dados de 1980, percebe-se que a concentração não piorou muito, mas também não melhorou. Já os dados de 1990 indicam que a década de 1980, com a crise econômica e a intensificação do processo inflacionário, foi também um período concentrador. A crise e sobretudo a inflação foram bastante sentidas pela população brasileira; somente a população que já era mais rica tinha mecanismos para se proteger do processo de estagflação (estagnação econômica com elevada inflação) e acabou melhorando sua posição relativa dentro do país.

Depois do Plano Real, o quadro apresentou melhora, pois a queda da inflação significou a melhoria da renda das classes menos favorecidas que não possuíam mecanismos de defesa contra a inflação. Porém, a elevação do desemprego e a precarização dos postos de trabalho trouxeram um impacto contrário, fazendo com que a melhora líquida fosse bastante reduzida. Com a melhora nas condições de emprego e com o advento de políticas de redistribuição mais efetivas como o Bolsa Família, percebe-se, na Figura 3.7, uma melhora relativamente longa dos indicadores de desigualdade até 2015. Aqui se inverteu o que ocorreu no milagre econômico (anos 1960/1970). Naquele período, o crescimento forte mostrou-se mais importante para as classes mais abastadas, e, mesmo que todas as classes tenham melhorado suas condições, os mais ricos melhoraram mais. Na primeira década do século XXI, também houve retomada do crescimento, mesmo que em níveis inferiores, porém as classes menos abastadas se aproveitaram melhor desse crescimento. Novamente, todas as classes melhoraram suas rendas, porém as menos abastadas tiveram uma melhora maior.

Isso não ocorreu sem debates, pois no período pagavam-se taxas de juros bastante vultuosas, e a remuneração do capital também se elevou. Assim, é nesse período que se passa a buscar novas informações sobre a renda das diferentes classes, pois as pesquisas domiciliares poderiam subestimar as rendas dos mais ricos, comprometendo, assim, a confiabilidade dos indicadores. Novas informações apareceram, como pode ser visto nas tabelas e nos gráficos apresentados a seguir, especialmente incorporando dados da Receita Federal e das contas nacionais. Com os novos dados, algo se modificou: a desigualdade é maior que a medida anteriormente, e o comportamento foi mais suave, mas, assim mesmo, de melhora.

Página 17

Flash-card 1 Pergunta - O que é a "pobreza absoluta" em contraposição à pobreza relativa?

Resposta - É um estado de carência definido por padrões mínimos de sobrevivência (ex: linha de pobreza monetária), independente da comparação com os outros.

Houve ligeira piora dos indicadores no final da década passada, os quais passaram a ter comportamento errático durante a pandemia, como pode ser observado na Figura 3.7.

Figura 3.7 Brasil: evolução da distribuição da renda — Índice de Gini (WB) e Razão 10/50 (WID) - 1981-2021.

```markdown

### Evolução do Índice de Gini (WB) e da Razão R10/50 (WID) — Brasil (1984–2021)

- **Índice de Gini (WB)**: representado por barras verticais cinzas, variando aproximadamente entre 0,59 e 0,52 ao longo da série histórica.
- **R10/50 (WID)**: representado por uma linha escura, variando aproximadamente entre 0,37 e 0,27 no período.

#### Legenda

- **Índice de Gini (WB)**: mede a desigualdade geral da renda (0 = perfeita igualdade; 1 = máxima desigualdade).
- **R10/50 (WID)**: razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 50% intermediários.

Intervalo temporal: Período exibido: **1984 a 2021**.

Escalas:

- Eixo esquerdo: Índice de Gini (0,40 a 0,65).
- Eixo direito: Razão R10/50 (0,15 a 0,40).

```

O gráfico apresenta a evolução da **desigualdade de renda no Brasil** entre **1984 e 2021**, utilizando dois indicadores complementares:

(a) Índice de Gini (WB)

Representado pelas barras cinzas, mostra oscilações da desigualdade total:

- * **Anos 1980 e início dos 1990**: desigualdade elevada, com valores de Gini próximos a **0,60**.
- * **1995 a 2003**: pequena variação, com manutenção de alta desigualdade.
- * **2003 a 2014**: período de **redução consistente**, atingindo valores próximos de **0,52–0,53**, refletindo melhorias distributivas.
- * **2015 em diante**: leve aumento e estabilização, indicando interrupção da trajetória de queda.

(b) Razão R10/50 (WID)

A linha escura mostra o quanto os **10% mais ricos** ganham em relação aos **50% intermediários**:

- * Entre 1984 e 2002, os valores eram altos, com picos próximos a **0,36–0,38**, indicando forte concentração nos grupos superiores.
- * De 2003 a 2014, há **redução acentuada**, chegando perto de **0,27**, sinalizando diminuição da desigualdade entre classes média e alta.
- * Após 2015, observa-se certa **volatilidade e aumento**, sugerindo piora distributiva recente.

Interpretação geral

Ambos os indicadores mostram que:

- * O Brasil manteve **desigualdade estruturalmente alta** em todo o período.
- * Houve um **período claro de queda** da desigualdade entre **2003 e 2014**.
- * Nos anos mais recentes, especialmente após 2015, a desigualdade **voltou a subir ou deixou de cair**, dependendo do indicador.

Fonte: dados do World Bank e WID.

3.5 POBREZA

Na Seção 3.4, analisou-se a posição relativa dos rendimentos entre os indivíduos de dado país. Nesse ponto, afirma-se que, mesmo com uma piora nos indicadores de distribuição de renda (aumento do Índice de Gini), é possível que todos os indivíduos estejam individualmente em posição melhor. Quando todas as faixas têm aumento de renda, toda a população se torna menos pobre, mas, se as faixas superiores têm aumento de renda relativamente maior que o das faixas inferiores, apesar de todos estarem mais ricos, a concentração de renda piora.

Desse ponto de vista, um país A é considerado mais pobre que o outro, B, se, em todas as faixas de renda de A, a renda dos indivíduos for inferior à de B. Essa maneira de verificar a pobreza é um indicativo da pobreza relativa do país B com relação a A, mas será que existem efetivamente pobres em B? Se existem, quantos são? Na verdade, quando se analisa a distribuição da renda, temos uma ideia de renda relativa, de um grupo em comparação a outro e tem-se uma visão pouco precisa acerca da pobreza, principalmente em seu aspecto absoluto. A **pobreza** em seu sentido absoluto pode ser definida como um **estado de carência** com relação a alguns indicadores mínimos associados às condições de vida da população.

Existem várias maneiras de se definir a pobreza em função do tipo de indicador que se toma. Pode-se definir a pobreza com relação a um mínimo de renda, ou a um mínimo de atendimento de necessidades elementares. Quanto é exatamente esse nível mínimo também é algo não claramente definido.

Página 18

V-F 1 - Verdadeiro: A linha de pobreza define um valor monetário ou de consumo mínimo necessário para evitar um estado de carência absoluta.

Falso - A linha de pobreza é definida como a renda média de toda a população, sendo impossível alguém estar acima dela.

V-F 2 - Verdadeiro: O Banco Mundial utiliza linhas de pobreza baseadas em Paridade de Poder de Compra (PPC), como US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 ao dia.

Falso - O Banco Mundial define a pobreza internacionalmente usando apenas o valor do salário-mínimo brasileiro convertido em euros.

V-F 3 - Verdadeiro: No início do século XXI, o Brasil observou uma queda significativa no número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

Falso - No início do século XXI, a pobreza no Brasil triplicou, atingindo 90% da população devido à estagnação econômica.

Flash-card 1 Pergunta - O que é uma "linha de pobreza"?

Resposta - Um valor monetário mínimo estabelecido para considerar uma pessoa pobre, geralmente baseado no custo de uma cesta básica de consumo.

Flash-card 2 Pergunta - Quais são os valores de referência internacionais para linhas de pobreza utilizados pelo Banco Mundial (PPC)?

Resposta - US\$ 1,90 (extrema pobreza), US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia, ajustados pela Paridade de Poder de Compra.

Quando se define um indicador preciso e um valor mínimo para este, está-se definindo a chamada **linha de pobreza**, considerando-se pobres todos os que se situem abaixo dessa linha. Várias possibilidades existem nas definições da linha de pobreza. Durante muito tempo, o mais comum era se estabelecer uma linha de pobreza em termos monetários, em termos de renda mínima que as pessoas deveriam ter para não estar em estado de carência ou de pobreza. Alguns autores referem-se a uma **linha de indigência**, e não de pobreza, quando tratam do acesso à renda básica, isto é, ao mínimo necessário para suprir as necessidades alimentares. Muitas linhas monetárias de pobreza, indigência, extrema pobreza foram estabelecidas a partir do valor de cestas mínimas de consumo que podem variar entre as diferentes regiões. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calculou essas cestas desde meados da década de 1970 e por muito tempo foram utilizadas para definir a pobreza no Brasil. Conforme vemos na Figura 3.8, que retrata a pobreza e a extrema pobreza, com base em cestas de consumo, no início da década de 1980, em uma das maiores crises econômicas que o país passou, a pobreza aflijia quase metade da população brasileira. Na virada do século, estimava-se o número de pobres brasileiros em mais de 50 milhões, o que à época representava mais de 1/3 da população. De acordo com os dados da Figura 3.8, verifica-se, contudo, que o número de pobres caiu mais rapidamente ao longo dos primeiros anos do século XXI, sendo que nos primeiros anos da segunda década do século XXI tínhamos menos de 15% da população em estado de pobreza, algo próximo a 28 milhões de pessoas.

Figura 3.8 Brasil: índices de pobreza e extrema pobreza com base em cesta de consumo - 1976-2012.

Ano	Extrema pobreza (%)	Pobreza (%)
2012	~6	~15
2009	~7	~17
2006	~8	~20
2003	~10	~25
2000	~12	~30
1997	~13	~32
1994	~15	~35
1991	~18	~41
1988	~17	~38
1985	~16	~37
1982	~17	~40
1979	~18	~45
1976	~19	~47

Fonte: IPEA.

Mesmo estabelecendo a pobreza com base na renda, vários outros indicadores são usados para definir essa linha monetária, como: um salário-mínimo/mês, um benefício básico do Bolsa Família ou do Auxílio Brasil. Esses últimos são bastante utilizados atualmente, pois estão atrelados a uma política diretamente de combate à pobreza e à miséria. Outras medidas ganharam força, dada a possibilidade de se fazerem comparações internacionais, que também ganharam presença na mídia por conta dos objetivos do milênio ou do desenvolvimento sustentável. São medidas como o antigo one dollar day, que, hoje, é mais comum: PPC\$ 1,90, PPC\$ 3,20 e PPC\$ 5,50 por dia, por pessoa, em dólares internacionais, com paridade de poder de compra (PPC\$). A linha de PPC\$ 1,90/dia foi calculada a partir das linhas nacionais dos países mais pobres do mundo e serve como referência para o monitoramento da extrema pobreza pelo Banco Mundial. As linhas de PPC\$ 3,20 e PPC\$ 5,50 foram estimadas com base nas linhas nacionais de países de renda média.

Página 19

Flash-card 1 Pergunta - O que é a Pobreza Multidimensional?

Resposta - É uma medida que considera diversas privações simultâneas (saúde, educação, padrões de vida) e não apenas a falta de renda monetária.

A Figura 3.9 mostra o comportamento dessas linhas para o Brasil na última década. A estimativa foi realizada por pesquisadores do IPEA, que mostram certa retomada da pobreza, apesar de algumas oscilações, nos últimos anos.

Figura 3.9 Brasil: pobreza - diversos indicadores - 2012-2021.

Ano	PAB 1	PAB 2	PPC 5,5	PPC 3,2	PPC 1,9
2012	~5,5	~8,0	~27,0	~12,0	~4,5
2014	~4,5	~7,0	~23,0	~10,5	~4,0
2016	~5,0	~8,0	~17,0	~11,5	~4,5
2018	~6,0	~9,0	~27,0	~13,0	~5,5
2020	~5,0	~8,5	~25,0	~12,0	~4,5
2021	~7,0	~10,0	~30,0	~15,0	~6,0

Fonte: dados básicos de Souza et al. (2022).

Recentemente, tem crescido o uso de indicadores multidimensionais da pobreza. Os indicadores anteriores, mesmo que construídos a partir de cestas de consumo, eram unidimensionais, com base na renda das pessoas. Na pobreza multidimensional, escolhem-se diversos indicadores e estabelecem-se coeficientes mínimos para cada indicador, seriam a combinação de várias linhas de pobreza. Por exemplo, o Índice Global de Pobreza Multidimensional (MPI, na sigla em inglês), produzido pelas Nações Unidas (PNUD) e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), da Universidade de Oxford, mede a pobreza considerando dez tipos de privações que as pessoas experimentam em seu cotidiano, conforme Quadro 3.1. O MPI avalia a pobreza em nível individual. Se uma pessoa é privada em um terço ou mais dos dez indicadores (ponderados), o MPI global identifica esta pessoa como "pobre".

Página 20

V-F 1 - Verdadeiro: A pobreza multidimensional considera diversas privações simultâneas (como saúde, educação e padrões de vida) e não apenas a falta de renda monetária.

Falso - A pobreza multidimensional é calculada somando-se todas as dívidas bancárias de uma família.

V-F 2 - Verdadeiro: Equidade no desenvolvimento significa garantir igualdade de oportunidades para que todos possam participar e se beneficiar do crescimento.

Falso - Equidade significa garantir que todas as pessoas tenham exatamente a mesma profissão e o mesmo salário, independentemente da função.

Flash-card 1 Pergunta - O que significa "equidade" no contexto do desenvolvimento humano?

Resposta - Significa garantir igualdade de oportunidades para que todos possam participar e se beneficiar do crescimento econômico.

Quadro 3.1 Pobreza Multidimensional

| Dimensão da pobreza | Indicador | Privado de morar em um domicílio onde |

----- ----- -----
Saúde Nutrição Qualquer pessoa com menos de 70 anos de idade para quem há informação nutricional está desnutrida.
Mortalidade Infantil Uma criança menor de 18 anos morreu no domicílio no período de cinco anos anterior à pesquisa.
Educação Anos de escolarização Nenhum membro elegível do agregado familiar completou seis anos de escolaridade.
Frequência à escola Qualquer criança em idade escolar não está frequentando a escola.
Padrões de Vida Combustível para cozinhar O domicílio cozinha usando combustível sólido, como esterco, colheita agrícola, arbustos, madeira ou carvão.
Saneamento O domicílio não tem melhoria ou nenhuma instalação de saneamento ou existe, mas é compartilhado com outros domicílios.
Água potável A fonte de água potável do domicílio não é segura ou a água segura está a uma caminhada de 30 minutos ou mais de casa, ida e volta.
Eletricidade O domicílio não tem eletricidade.
Habitação O domicílio tem materiais de habitação inadequados em qualquer um dos três componentes: piso, telhado ou paredes.
Bens O domicílio não possui mais de um desses bens: rádio, TV, telefone, computador, bicicleta, moto ou geladeira, e não possui carro ou caminhão.

Fonte: OPHI.

Este tipo de indicador de pobreza permite às políticas públicas concentrarem-se de modo mais efetivo nas dimensões importantes que tornam determinado conjunto populacional mais vulnerável ou carente. Vários indicadores com formatos um pouco diferentes estão sendo desenvolvidos em diferentes instituições e muitos destes estão relacionados com os **Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas e focados em uma concepção de desenvolvimento que inclui diferentes dimensões, além da meramente econômica.

3.6 DESENVOLVIMENTO: EQUITATIVO, SUSTENTADO E PARTICIPATIVO

Até aqui, percebe-se que o conceito de desenvolvimento envolve aspectos que vão além da ideia de crescimento econômico. É importante levar em consideração a forma como esse crescimento ocorre e como os frutos desse crescimento revertem para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Assim, considerações que envolvem o conceito de **equidade** foram até aqui incorporadas. Valendo-se das definições utilizadas no relatório sobre o desenvolvimento brasileiro realizado pelo IPEA e pelas Nações Unidas, conclui-se que a equidade é:

um componente essencial do desenvolvimento humano: as pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades, de modo que possam participar e se beneficiar dos frutos e das oportunidades criadas pelo processo de crescimento econômico. Contudo, dado o acentuado grau de desigualdade observado na maioria das nações, essa equidade não depende apenas da eliminação de eventuais barreiras que possam impedir as pessoas de usufruir plenamente aquelas oportunidades e benefícios; na verdade, a desigualdade e a pobreza são, em si mesmas, as maiores barreiras a essa participação.

Página 21

Flash-card 1 Pergunta - O que define o conceito de "desenvolvimento sustentável"?

Resposta - É o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Além da questão da equidade, que leva ao conceito de **desenvolvimento equitativo**, dois outros conceitos também devem ser incorporados para se ter uma visão global do desenvolvimento: a **sustentabilidade** e a **participação**.

Por **desenvolvimento sustentado** entende-se o desenvolvimento que, ao atender às necessidades do momento presente, não signifique um limite à possibilidade do atendimento das necessidades das gerações futuras. Por **desenvolvimento participativo** entende-se aquele que é definido e guiado por meio de decisões que agreguem toda a comunidade envolvida, já que existem diferentes opções de desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se acompanhar o mesmo relatório citado:

É necessário assegurar às gerações futuras a oportunidade de usufruir, pelo menos, o mesmo nível de bemestar hoje disponível. [...] A experiência passada sugere que a industrialização, a expansão da fronteira agrícola e urbanização têm criado pressões significativas na base natural da economia, seja pela utilização acelerada de recursos naturais exauríveis, seja pela poluição e degradação da qualidade ambiental. [...] Nesse contexto, a possibilidade de desenvolvimento humano pressupõe a identificação e implementação de trajetórias de crescimento econômico que viabilizem um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento humano significa não apenas o desenvolvimento para as pessoas e desenvolvimento das pessoas, mas também pelas pessoas. Nesse sentido, cabe a cada país definir sua estratégia de desenvolvimento e, mais do que isso, assegurar que as pessoas, através de estruturas apropriadas, participem plenamente das decisões e processos que afetem suas vidas.[4]

Desenvolvimento leva em consideração a ideia de crescimento, mas também as noções de redução de desigualdades, erradicação da pobreza, diminuição das necessidades básicas, acesso a condições de educação, saúde, saneamento básico e também passa a envolver temas da sustentabilidade ambiental que se acrescem aos temas da chamada sustentabilidade social que descrevemos ao longo deste capítulo.

A questão ambiental é objeto de imensas polêmicas, e o ponto principal é até onde a humanidade avançou na degradação ambiental a ponto de colocar em risco a vida e a "boa vida" das gerações futuras.

Por um lado, existem os negacionistas, que não acreditam que estamos vivendo um problema ambiental que exija grandes alterações. Para esses, existem ciclos relacionados com as chamadas mudanças climáticas e outros indicadores de degradação ambiental, e, se hoje alguns destes indicadores chamam negativamente a atenção, eles se reverterão normalmente, sem que necessitemos alterar radicalmente nossos padrões de vida.

Por outro lado, aqueles que reconhecem que efetivamente o grau de degradação e as mudanças são algo com que devemos nos preocupar dividem-se em dois grupos. Um grupo, ligado especialmente à ideia de desenvolvimento verde ou desenvolvimento ecologicamente sustentável, acredita que ainda seja possível, com alterações e inovações tecnológicas, reverter o ritmo de mudanças e de degradação. Admite-se que essas inovações e alterações não são simples nem baratas. Os ecologistas políticos têm perspectivas mais radicais, afirmado que mesmo com tais alterações tecnológicas, as mutações climáticas e a degradação já atingiram caminhos de difícil retorno, se não forem implementadas mudanças, não apenas tecnológicas, mas especialmente radicais no relacionamento do homem com a natureza, alterando profundamente padrões de vida, de consumo e de produção. Muitos aqui se associam às teses do decrescimento.

Página 22

O debate está em curso, e elementos ligados ao relacionamento do homem com a natureza, seu grau de exploração, a forma como se gerem os detritos, a poluição etc. são indicadores que passam a entrar também no cômputo da própria ideia de desenvolvimento. São dados como os apresentados no gráfico da Figura 3.10 enas Tabelas 3.9 e 3.10. Aliás, esses indicadores fazem parte dos ODS.

Figura 3.10 Brasil: emissões de gases de efeito estufa diretos, por fonte de emissão (GT CO₂ eg).

Página 23

V-F 1 - Verdadeiro: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 metas globais da Agenda 2030 da ONU, abrangendo dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Falso - Os ODS são um conjunto de regras comerciais impostas pela OMC para proibir subsídios agrícolas em países pobres.

Flash-card 1 Pergunta - O que são os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)?

Resposta - Um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pela ONU na Agenda 2030 para promover desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Fonte: IBGE e Ministério do Desenvolvimento Regional.

Os ODS são uma coleção de metas globais, estabelecidas pelas Nações Unidas, que constituem uma espécie de continuidade dos objetivos do milênio, também conhecidos como Agenda 2030. Os debates em torno dessa agenda iniciam-se na chamada RIO+20, em 2012, onde se acordou um documento intitulado "O futuro que queremos". Em 2015, foram estabelecidas 17 metas, ou 17 ODS, conforme Quadro 3.2.

Quadro 3.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Nº Objetivo (ODS) Descrição
01 Erradicação da pobreza acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
02 Fome zero e agricultura sustentável acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
03 Saúde e bem-estar assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
04 Educação de qualidade assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
05 Igualdade de gênero alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
06 Água limpa e saneamento garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
07 Energia limpa e acessível garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
08 Trabalho decente e crescimento econômico promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
09 Inovação em infraestrutura construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10 Redução das desigualdades reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11 Cidades e comunidades sustentáveis tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12 Consumo e produção responsáveis assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13 Ação contra a mudança global do clima tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14 Vida na água conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15 Vida terrestre proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
16 Paz, justiça e instituições eficazes promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17 Parcerias e meios de implementação fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.